

RESSIGNIFICAÇÃO DO MÉTODO DE LUTA DOS TRABALHADORES SINDICATO CIDADÃO:

Marina Barbosa Pinto*

RESUMO

Este artigo apresenta os primeiros resultados da pesquisa cujo objeto são vínculos estabelecidos entre a condição do trabalhador formalmente absorvido pelo mercado de trabalho e a promoção de sua condição de cidadão. O estudo empírico realiza-se na área naval do município de Niterói-RJ, setor em processo de reestruturação, com repercussões no perfil dos trabalhadores absorvidos, como também em sua representação política.

INTRODUÇÃO

Os vínculos estabelecidos entre a condição do trabalhador formalmente absorvido pelo mercado de trabalho e a promoção de sua condição de cidadão são objeto de uma pesquisa cujos primeiros resultados são aqui apresentados. O estudo empírico realiza-se na área naval do município de Niterói (estado do Rio de Janeiro). A escolha desse objeto de estudo se deve ao fato de se tratar de um setor em processo de reestruturação, o que obrigou a mudanças na organização da produção, com a conseqüente alteração no perfil dos trabalhadores absorvidos, como também em sua representação política. Esse quadro é expressivo das transformações porque passa a economia da região, bem como das alterações que marcam as relações de trabalho na atualidade.

* Professora-adjunta na Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF)

TRABALHO E CIDADANIA: BINÔMIO COMPLEMENTAR NA AÇÃO SINDICAL

Um estudo sobre a situação da classe trabalhadora nos remete, necessariamente, a sua forma organizativa. Nesse sentido, a obra de Engels é fundamental para a compreensão dos imbricamentos da produção da vida material e reprodução da vida social dos trabalhadores no sistema capitalista.

A exploração e o abandono dos trabalhadores pelos capitalistas é, para Engels, a cólera de toda a classe operária – cólera que não tardaria a explodir na forma de revolução. Enfrentar a burguesia e lutar contra seus interesses é a possibilidade de superar o embrutecimento e criar uma existência mais humana. Isso exige atacar a propriedade privada e o poder estatal. Para tanto, é necessário que o operariado resguarde seu vigor e arrebatamento – características imprescindíveis à revolução que o sistema tenta solapar.

Engels nos induz a percorrer as diversas fases e expressões de revolta dos trabalhadores contra a burguesia. Relata o crime – para responder à situação de miséria –, assim como a rebelião contra as máquinas e fábricas que levaram os trabalhadores a destruí-las, até chegar à ação associativa pela superação das antigas sociedades secretas dos operários. Essas associações rapidamente se espalharam e se fortaleceram na Inglaterra do início do século XIX: são as *trade unions*. Seus objetivos eram negociar coletivamente, fixar e regular os salários frente aos lucros dos patrões, além do controle do nível do emprego.

Tais associações promoviam a disseminação da organização em âmbito nacional e por ramos da indústria. Seus métodos de luta envolviam negociações e paralisações do trabalho. A burguesia respondeu com corte de pagamento, repressão violenta, oferecimento de vantagens para aquele que se dispusesse a não entrar no movimento e contratação de substitutos. Muitas foram as derrotas frente à lei econômica de demanda e oferta no mercado, a qual acaba por regular os salários. Entretanto, em situações mais específicas das fábricas e de redução salarial

para enfrentar a disputa entre os capitalistas, a ação das associações mostrou-se bastante eficaz.

As negociações e as greves, ainda que não alcançassem os objetivos (às vezes os conseguiam, mas de forma parcial), constituíam-se em poderosas ações de protesto contra as condições impostas pela exploração. Caracterizavam-se, portanto, como contundente registro coletivo de que os trabalhadores não auferiam à burguesia o direito de explorá-los. Os protestos punham limites à cobiça da burguesia e incitavam os trabalhadores contra a onipotência social e política dos proprietários. Esse tipo de ação os fez compreender que era preciso mais para destruir o poder da classe inimiga.

Engels (2008) destaca a importância de tais associações: ela reside no fato de representarem a primeira tentativa de superar a divisão do proletariado, a concorrência entre os trabalhadores, base de apoio central de poder e controle da burguesia sobre os trabalhadores. Essas associações estão na base do aprendizado da classe trabalhadora, em seu percurso de enfrentamento contra a burguesia, para se manter viva tanto como força vital e humana quanto política.

Assim, a organização dos trabalhadores em todo o mundo corresponde à medida da exploração do capital em suas vidas e tornou-se ferramenta central para assegurar as ações de reivindicações dos trabalhadores.

Em contrapartida, a burguesia, em uma combinação peculiar e permanente da ação coercitiva e consensuada, com o objetivo de manter a classe trabalhadora sob controle e a organização social na mais perfeita ordem, relaciona-se às formas de organização da classe de acordo com a correlação de forças entre essas duas classes fundamentais.

Na atualidade, muito se discute sobre a centralidade do trabalho como ordenador das relações sociais, já que a estrutura da sociedade em que vivemos tem por sustentáculo o trabalho – meio privilegiado para a conformação, desenvolvimento e consolidação das relações econômicas, sociais e políticas, as quais viabilizam o processo de acumulação do capital.

Consideramos que, apesar de profundas transformações no processo de produção das mercadorias e no modo de contratação de mão-de-obra, que redefinem as relações de trabalho, este segue sendo o elemento central da organização da sociedade, aqui entendida como produto do embate entre os antagônicos projetos sociais das classes fundamentais. Esse antagonismo e as organizações e ações geradas por ele promovem o avanço na democratização das relações sociais, expresso em uma gama de direitos políticos e sociais que, pelas lutas, foram sendo ampliados aos trabalhadores.

O problema que se apresenta é: os direitos conquistados e ampliados derivam das lutas dos trabalhadores organizados que desprivatizaram o conflito de classes, levando-o para a esfera do público, transformando suas reivindicações em demandas sociais mais amplas e assegurando seu atendimento em uma perspectiva de universalidade para o conjunto da sociedade. Ao entrarem no cenário político como força política organizada, enfrentaram as expressões da questão social na perspectiva de soluções coletivas e públicas. Mas, hoje, com as transformações no mundo do trabalho – desemprego estrutural –, na organização político-sindical da classe trabalhadora e no papel do Estado como reproduzidor da força de trabalho, as lutas e ações são afetadas, o que guarda relação direta com a ampliação e a consolidação dos direitos sociais e democráticos na sociedade.

Em função da crise econômica, o que se apresenta como saída para a classe dominante é o aprofundamento da redução de direitos, tanto no âmbito do trabalho, como nas demais esferas da vida social, gerando uma redução dos custos de produção de mercadorias e de reprodução social. Isso afeta a condição de cidadania, historicamente assumida na trajetória capitalista.

Tomando o Brasil como referência de análise, temos uma trajetória sindical que não fugiu a regra mais geral de configuração político-social do país. A interferência e o controle da burguesia sempre se processaram por meio da ação do Estado, que atrelou o movimento sindical a sua estrutura.

Os embates durante o processo de início e consolidação do capitalismo no país simbolizam a resistência dos trabalhadores quanto à imposição de uma situação extrema de exploração que ultrapassava os muros das fábricas. Expande-se a luta por melhores condições

de trabalho e salário no chão da fábrica para as lutas por melhores condições de vida nos bairros da cidade.

Até a crise dos anos de 1970, quando se evidencia mais uma vez o caráter cíclico do processo de acumulação do capital e sua estreita vinculação com a ação organizada da classe trabalhadora, tem-se uma ação sindical que vai ganhando força em uma perspectiva classista e autônoma, em particular nos anos de enfrentamento à ditadura no país. O fim da ditadura é marcado por uma crescente e vigorosa ação do movimento sindical que, juntamente com o movimento estudantil e popular, além de fazer deste um momento ímpar na luta pela democratização da sociedade brasileira, apresenta propostas a partir de ações e métodos de luta diretos que procuram responder ao conjunto de necessidades da vida de cada trabalhador.

A politização do processo contribuiu para constituir uma ação sindical que propunha a ruptura com a ordem e se pretendia autônoma em relação ao Estado, aos partidos e aos governos. A expressão mais acabada desse processo foi a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

O eixo era o enfrentamento direto com o patronato e o Estado, reconhecendo que a autonomia dos trabalhadores em suas ações e organizações era a condição para uma atividade sindical que respondesse às necessidades dos trabalhadores e contribuísse, estrategicamente, para a ruptura com a ordem exploradora capitalista. A certeza de que a burguesia e os trabalhadores pertenciam a lados opostos e inconciliáveis ordenava as ações e as propostas¹.

Particularidades da dinâmica do capitalismo em âmbito mundial e local desenharam mudanças estruturais nas relações entre capital e trabalho. O reordenamento do processo de acumulação do capital exigiu uma reestruturação do processo produtivo que primou pela redução dos direitos e por novas modalidades de absorção da mão-de-obra. A consequência mais imediata desse processo foi a redução dos postos de trabalho e do emprego, gerando o que se classifica como “desemprego estrutural”². Os desdobramentos para o processo de organização da classe trabalhadora são catastróficos: há redução no índice de participação em

número de sindicalizados e também uma profunda mudança no papel dos sindicatos nessa conjuntura.

Essa mudança está vinculada diretamente às alterações ocorridas no “mundo do trabalho” – menos postos de trabalho, menos segurança, menos direitos; mais ameaças, mais miséria, mais dificuldades; maior grau de exploração da força de trabalho – e à repercussão, na subjetividade da classe trabalhadora, da ofensiva ideológica da classe dominante, que, por todos os espaços de ação e comunicação, tenta convencer os sujeitos de que não há alternativas ao que está posto como ordem estabelecida.

O avanço do pensamento neoliberal relaciona-se também às mudanças na conformação da classe trabalhadora, que são de duas naturezas: (i) interna, que diz respeito às modificações na composição, no gênero e na especialização exigida dos trabalhadores em seus afazeres profissionais e nas ocupações dos postos de trabalho; (ii) externa, que envolve sua relação com o capital, que, em sua atual fase de acumulação, promove uma brutal diminuição do uso do trabalho vivo.

O papel aparentemente secundário do público expressa ideologicamente a privatização deste, como emblema da acumulação do capital exacerbada até o grau de destruição da ideia de coletivo que pautou as relações sociais. As mudanças no perfil da classe dificultam a reaglutinação do polo social que maior resistência poderia oferecer a esse processo.

Nesse contexto, há uma naturalização de conquistas e direitos que se tornam universais em uma sociedade capitalista, desvinculando-se, assim, da sua base material que é a classe trabalhadora em sua ação, o que dificulta o avanço do projeto emancipacionista da classe.

Essa nova racionalidade, pautada no ajuste estrutural da economia (estabilização monetária; reestruturação produtiva; corte de gastos sociais), no redesenho da ação estatal (descentralização e focalização das políticas sociais e privatização dos serviços) e na redefinição do papel da sociedade como agente solucionador de problemas, atravessa todas as relações sociais.

A participação e a luta perdem a clivagem de classe e se deslocam das organizações coletivas para a esfera do compromisso individual com a qualidade de vida e com a construção de uma sociedade mais justa. Em nome do dever cívico e da cidadania, a sociedade é chamada a assumir funções do Estado, abandonando a construção de vontades coletivas. Esta é a base objetiva da procriação desenfreada do chamado Terceiro Setor³, que fortalece a hegemonia do mercado e a lógica empresarial no âmbito da resolução dos problemas sociais e repoe a questão da cidadania, ressignificando-a de modo instrumental e reducionista.

A explicação dominante para a situação atual defende que a configuração de Estado que prevaleceu até então é a grande responsável pela impossibilidade do desenvolvimento, porque se gastou demais com o público, arrecadou-se pouco, aplicou-se mal o dinheiro, burocratizou-se desnecessariamente e a competitividade entre os indivíduos foi desestimulada. Como solução, defende-se a redefinição dos papéis dos atores na sociedade por meio da adoção da “parceria” público-privada como estratégia privilegiada para intervenção social.

Agrega-se a esse quadro o refluxo das lutas organizadas dos trabalhadores. A ausência do movimento operário como protagonista da luta pela transformação social não produz pressão pela ruptura com a ordem, visto que o sujeito social potencialmente revolucionário não está em cena.

O ataque aos direitos sociais é um fato que ganha sentido na nova concepção de esfera pública e do que lhe pertence. Trata-se de uma ofensiva ideológica que preconiza a desvinculação entre público e estatal. É público aquilo que se dirige à população ou a segmentos dela, mas a responsabilidade por assegurar o serviço ou a ação não é necessariamente do Estado⁴. Há uma tendência, na década de 1990, a tratar aquilo que antes se configurou em direito como serviço, com caráter de mercadoria, que deve ser acessada a partir da possibilidade de cada um consumi-la, não mais se sustentando o princípio “direito de todos e dever do Estado”.

No terreno das políticas sociais, instrumento de acesso aos direitos sociais, o que se verifica é a focalização. Abandonam-se programas de âmbito nacional, estadual ou municipal inseridos em projetos de governos, substituindo-os por ações governamentais focalizadas, destinadas a um segmento específico e de caráter emergencial e localizado. Assim, as políticas sociais perdem seu caráter de direito coletivo, para se transformarem em ação localizada do poder público, vulnerável ao clientelismo e ao favorecimento dos políticos situacionistas.

Esse conjunto de proposições ganha impulso a partir da articulação dos países capitalistas hegemônicos, para responder à crise de acumulação do capital, que, orquestradas pelo Banco Mundial, apresentavam-se como solução para os problemas econômicos e sociais. As propostas abrangem as esferas administrativa, econômica e ideológica, impondo uma nova racionalidade ao capitalismo com base na revisão do papel e das funções do Estado e da sociedade. O centro dessa revisão é que o Estado passa a ser o articulador do desenvolvimento, em uma ação conjunta com a sociedade civil e o mercado. Estabelecem-se novas solidariedades, em que o Estado e a sociedade civil atuam sob as expressões da exclusão social com a mediação do mercado.

Ideologicamente, ressignificam-se os componentes que deram forma àquela intervenção sindical dos anos de 1970/80, porque se ressignificam também os processos de ação dos movimentos organizados na luta por reivindicações.

Assim, a base das relações sociais na nova conjuntura aberta pelos anos de 1990 passa a ser a mercantilização, a descoletivização e a despolitização dos direitos. Essa base se recria na atualidade a partir das alterações no processo de acumulação do capital, o que propicia uma nova organização da produção e um novo papel para o Estado e imputa ao mercado a tarefa de organizar as relações na sociedade.

Aqui, reeditam-se a contradição e o limite da democracia na sociedade capitalista, que, ao se constituir como paraíso das liberdades individuais e do exercício da cidadania, configura-se em uma esfera antipública, que não assegura a esfera pública “antiburguesa” ou cidadã, a qual não se circunscreve aos limites das classes, como pregava o ideário liberal

capitalista clássico. Há um recrudescimento do universal como base da luta por conquistas e uma preponderância de interesses privados que não mais se universalizam a partir do conflito de classes, o qual é negado a partir do argumento do fim das classes sociais, do pensamento único, da superexploração do trabalho e da falência do Estado.

A interface dessa discussão com a temática da cidadania nos permite indicar que o conceito e sua materialização na atualidade se caracterizam como resultados de um grande consenso entre as classes fundamentais, fabricado como verdade absoluta, a serviço da acumulação do capital em uma nova ordem mundial. Retoma-se o privado como eixo ordenador e nega-se ao outro (classe trabalhadora) a fala, ao negar a esfera pública.

A amálgama que dará consistência a essa esfera e à alternativa democrática é a questão da igualdade, a qual expõe no cenário a crueldade do sistema capitalista, revelando suas carências exacerbadas na atualidade pela erosão do Estado.

O tema “igualdade” aparece concretizado em uma necessidade histórica. Aqui se coloca mais uma vez e de modo profundo o questionamento ao consenso de cidadania, constituído sobre a base da sólida desigualdade estrutural do sistema capitalista. A discussão desse tema exige uma visita à noção de direito que, de modo simples, podemos afirmar tratar-se do instituto do cidadão. O reconhecimento e a proteção dos direitos dos homens constituem a sociedade democrática moderna.

SINDICATO CIDADÃO: RESSIGNIFICAÇÃO NO MÉTODO DE LUTA DOS TRABALHADORES

Estes aspectos se fazem presentes em nosso recorte de estudo: a área naval de Niterói foi desativada por um longo período e por uma redefinição das forças econômicas no país e no estado do Rio de Janeiro é retomada a partir de investimentos estrangeiros⁵.

Tomamos como referência a concepção histórica de cidadania que embasou a luta pela democratização e consolidação do acesso aos bens de consumo coletivo, desvendando-a

criticamente a partir do reconhecimento do trabalho como pressuposto do pleno pertencimento social do indivíduo. O estudo desses vínculos considera as mudanças em curso nas relações de trabalho levadas adiante nas últimas duas décadas em nosso país, como também as transmutações oriundas do curso das relações sociais que ressignificam a noção de cidadania nos tempos atuais.

Para tanto, recorreremos às contextualizações histórica e teórica que permitiram identificar os determinantes da situação do trabalho e da classe trabalhadora brasileira no momento atual e as repercussões dessas mudanças em seu processo de organização sindical. Em atenção à delimitação de nosso objeto, estudamos a situação econômica do estado do Rio de Janeiro, em especial, da área da indústria naval na cidade de Niterói, nos últimos 15 anos. Esse período envolveu um processo de profundas alterações no setor, que variaram desde uma brutal redução do investimento estatal, passando pelo processo de privatização, até um incremento nesse campo a partir de investimentos e acordos financeiros internacionais.

As fontes utilizadas, inicialmente, para o estudo empírico, foram entrevistas com representantes e militantes da organização sindical dos trabalhadores e análise da documentação referente às pautas de reivindicações negociadas com o patronato e apresentadas em comissões e conselhos da prefeitura que organizam a atuação do poder local.

Com a realização das entrevistas⁶, percebemos uma visão embaçada sobre as novas configurações que o trabalho vem assumindo e sobre a situação de desemprego. A falta de qualificação profissional é apontada como uma das causas, o que contribui para entender a preocupação do sindicato em participar de comissões, como a de educação, no município, e de buscar parcerias com cursos profissionalizantes.

O sindicato é fortemente marcado pelo assistencialismo. É uma entidade que se preocupa em assegurar assistência médica, dentária, jurídica, dentre outras, mas o faz sem mediação do Estado e sem demonstrar uma análise crítica consistente sobre isso. Nesse sentido, o sindicato coopera mais uma vez com o capital, oferecendo de forma precária o que este vem retirando dos trabalhadores nas últimas décadas: “O sindicato tem um departamento

médico que possui um clínico geral, um pediatra e um dentista; tem também um convênio com uma ótica e com cursos. O sindicato tem a intenção de ampliar o departamento médico”.

São notórias, no relato dos dirigentes, as mudanças no perfil do sindicato. As negociações em busca de fatores imediatos são privilegiadas em detrimento de movimentações mais profundas que atrelem a luta imediata à luta mediatizada pela opção estratégica de transformação dessa ordem vigente. Particularmente nesse sindicato, de acordo com as indicações obtidas nas entrevistas, identifica-se uma opção pelas negociações com o poder local, permanecendo oculta a funcionalidade do Estado para o capital.

ESSE SINDICATO, DIRIGIDO majoritariamente pelo setor majoritário que dirige também a CUT, tem sua concepção e atuação determinadas pelas alterações em curso nas condições de trabalho e pelas mudanças de concepção da CUT, Central, à qual são filiados.

Este estudo considera prioritariamente as intervenções do sindicato no âmbito das instâncias de poder local, o que, nos primeiros levantamentos da ação da entidade, mostrou-se relevante, e estabelece um cruzamento de dados com as pautas de reivindicações negociadas com o patronato no período dos acordos coletivos da categoria.

Uma análise mais cuidadosa das entrevistas⁷ realizadas nos indicou a importância de aprofundarmos o estudo da concepção e da atuação do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói e Itaboraí, que, segundo levantamentos iniciais, priorizam a concepção de “sindicato cidadão”.

No município de Niterói, o sindicato está presente na Secretaria de Emprego e Renda, no Conselho Municipal de Saúde, no Conselho Estadual de Saúde, no Planejamento Urbano e no Fundo de Marinha Mercante. Em Itaboraí, está na Comissão Municipal de Emprego e Renda.

É importante a participação do sindicato em diferentes áreas de ação dos municípios de Niterói e Itaboraí, pois, dessa maneira, pode representar os trabalhadores e discutir assuntos de interesse dos trabalhadores, não só da categoria, mas desses municípios. Ter esses representantes lá é uma forma de o sindicato estar lutando por cidadania.

Setenta por cento dos metalúrgicos de Niterói ou da família de metalúrgicos dependem dos serviços públicos. Parte dessa porcentagem diz respeito aos trabalhadores terceirizados e outra parte se refere àqueles trabalhadores efetivos das empresas que só recebem benefícios de proteção para eles mesmos, não abarcando a sua família. Esta, desprotegida, conta com os serviços públicos.

A noção de sindicato cidadão está diretamente vinculada à noção de cidadania que perpassou a luta dos anos de 1980 pela redemocratização do Brasil e por melhores condições de vida para a massa trabalhadora.

Durante a ditadura, tudo era na base da repressão. A partir da metade da década de 1970, isso veio mudando. A primeira greve que ele pegou foi a de 1978 mas não participava tão ativamente. A partir de 1989, começou a militar realmente.

Em 1978, lutavam por uma política salarial mais justa e por liberdade sindical.

A base dessa concepção é a perspectiva de naturalização das relações entre o capital e o trabalho, despolitizando-as, ao mesmo tempo em que as destitui do caráter antagônico de classe. O eixo passa a ser o acesso a um conjunto de direitos relacionados à reprodução da força de trabalho, mas abstraído a luta entre as classes.

A diferença que se percebe do pessoal de antes para o pessoal de hoje é que antes os trabalhadores em luta eram menos politizados e mais radicais; hoje, são mais politizados e menos radicais. Hoje se faz mais política que coração.

O enfrentamento cede lugar à conciliação e à negociação, mais publicizadas e democráticas, com o objetivo de exercer controle democrático sobre o Estado, ampliando a democracia em seu interior. Nesse sentido, na ideia que subjaz à atuação sindical predominam as soluções negociadas nas vias institucionais, onde a ação prioriza o colaboracionismo.

Em 1991 ou 1992, o [estaleiro] Mauá teve uma greve de 37 dias. Mas, no decorrer da década de 1990, há uma desilusão com a luta operária; havia muitos novos trabalhadores que não tinham empolgação. Hoje, o movimento

ganhou um “gás” maior: acabou o negócio de ameaçar. Hoje, se tem mais negociação; somente se não tiver outro jeito, é que tem greve.

O projeto estratégico de ruptura com a ordem é abandonado e em sua substituição apregoa-se a primazia da luta pela ampliação da democracia e da cidadania⁸, abstraindo-se o caráter de classe do Estado.

O método de luta passa a ser a resistência propositiva, com a inserção da representação oficial dos trabalhadores, via sua Central, nos espaços de discussão sobre a organização do processo de acumulação do capital.

O objetivo passa a ser a democratização do capitalismo. Essa ampliação da participação dos trabalhadores, conduzida e consentida pelo capital, é possível, no sistema capitalista, graças a um elemento político fundamental: no capitalismo, a totalidade da vida social é apresentada por meio de sua decomposição em esferas diferenciadas – o político e o econômico. Essa separação ocorre na medida em que o controle da produção e sua apropriação pela burguesia são identificados como questões econômicas, afastadas da arena política.

Criticando essa separação como estratégia da ideologia capitalista para obscurecer a luta de classes, Wood⁹ afirma que, “na verdade, essa separação ‘estrutural’ talvez seja o mecanismo mais eficiente de defesa do capital”. Como a apropriação da mais-valia e a relação entre trabalhadores e burguesia, ou produtores diretos e apropriadores, como identifica a autora, não assumem a forma de servidão ou dependência, mas sim de um contrato entre trabalhadores e proprietários, livres e juridicamente iguais, o capitalismo foi capaz de afastar, de um lado, a esfera da produção econômica e, de outro, o conjunto das formas políticas, sociais e jurídicas que consubstanciam a sua institucionalidade e configuram o estabelecimento desse contrato social.

Dessa forma, é possível explorar o trabalhador, apropriar-se da mais-valia, manter a propriedade privada e, simultaneamente, criar um ordenamento político-social-jurídico no

qual os antagonismos de classe são esvaziados pela construção da aparência necessária de instâncias democráticas de representação, divisão de poderes e dos direitos fundamentais dos cidadãos, sem alterar as formas de propriedade e exploração. Uma cidadania abstrata, descaracterizada, sob a aparência de que trabalhadores e burgueses são iguais juridicamente, portanto, uma concepção de cidadania absolutamente descolada da luta de classes.

Wood (2003), recuperando a crítica da economia política elaborada por Marx – cujo objetivo era revelar a face política da economia que havia sido obscurecida pelos economistas clássicos –, afirma que este concebe a economia não como uma rede de forças incorpóreas, mas como um conjunto de relações sociais. Nesse sentido, a base produtiva em si existe sob o aspecto de formas políticas, sociais e jurídicas, consideradas como constituintes orgânicos do sistema produtivo.

Como já afirmamos, a apreensão das repercussões dessas mudanças na subjetividade da categoria constitui o objetivo central desta pesquisa. Para tanto, torna-se necessário avançar conceitualmente nos estudos sobre as mudanças da classe trabalhadora, particularmente nesse setor, e as repercussões em sua subjetividade e ação sindical, bem como aprimorar os instrumentos para os estudos empíricos, em particular os questionários para coleta de dados junto às empresas e aos trabalhadores, que auxiliem na análise.

CITIZEN LABOR UNION GIVING NEW MEANING TO THE WORKERS' STRUGGLE

ABSTRACT

This article presents the first results of the survey on the ties that are established between workers who are formally absorbed by the labor market and the promotion of the citizens' well-being. The empirical study is conducted in the shipyard area of the municipality of Niterói-RJ, an industry undergoing restructuring, with repercussions on the profile of workers thus absorbed, as well as on their political representation.

Notas:

¹ Evidentemente que o processo não é homogêneo, mas esta era a vertente que prevaleceu até final dos anos de 1980 na ação sindical cutista. Para melhor conhecimento sobre a questão, ver Gianotti (op. cit.).

² Iamamoto nos ajuda a compreender essa particularidade. IAMAMOTO, M. A questão social no capitalismo. *Temporalis*, ano II, n. 3, jan.-jun. 2001.

³ Para aprofundar as análises sobre o chamado 'terceiro setor', consultar: MONTAÑO, C. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.

⁴ Uma boa análise sobre a esfera pública e seu conteúdo privatizante está em: RAICHELIS, R. *Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática*. São Paulo: Cortez, 1998.

⁵ Os indicadores iniciais para esta análise estão nas informações das secretarias de Ciência e Tecnologia do estado do Rio de Janeiro e do município de Niterói. Disponível em: <<http://www.secti.rj.gov.br>> e <<http://www.secitec.niteroi.rj.gov.br>>. Acesso em: 25 nov. 2006.

⁶ Realizamos três entrevistas, com diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói e Itaboraí, no segundo semestre de 2008, utilizando o recurso da história oral.

⁷ Destacamos, nesta primeira análise, trechos da entrevista realizada com um dirigente sindical do setor que atua nesse sindicato desde 1989 e que hoje ocupa o cargo de presidente do conselho fiscal da entidade.

⁸ Ver: WOOD, E.M. *Democracia contra capitalismo: a renovação do capitalismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

⁹ Essa identificação realizada por Ellen Wood é fundamental para desmistificar o discurso recorrente de que a burguesia constitui o "setor produtivo". Na realidade, os trabalhadores são os produtores diretos e a burguesia é a classe que se apropria da riqueza produzida por aquela classe. WOOD, E.M. *Democracia contra capitalismo: a renovação do capitalismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003 p. 28.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, R. *A desertificação neoliberal no Brasil* (Collor, FHC e Lula). Campinas: Autores Associados, 2004

_____. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999

_____. *O novo sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Partes, 1985.

BEHRING, E.R. *Política social no capitalismo tardio*. São Paulo: Cortez, 1998.

CHESNAIS, F. A crise emergente do capitalismo mundial: de neoliberalismo à cooperação. *Outubro*, São Paulo, n. 3, 1999

_____. *A mundialização financeira*. São Paulo: Xamã, 1998^a

_____. Rumo a uma mudança total dos parâmetros econômicos mundiais dos enfrentamentos políticos e sociais. *Outubro*, São Paulo, n. 1, p. 30, maio 1998b.

ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2008.

FRANÇA, T.P. *Mundo do trabalho e sindicalismo no Brasil (1988-2000)*: uma análise sobre as principais causas da crise sindical. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

GIANOTTI, V.; NETTO, S. *A CUT por dentro e por fora*. Petrópolis: Vozes, 1990

GIANOTTI, V. *Para onde vai a CUT?* Rio de Janeiro: Escrita, 1993.

IAMAMOTO, M. A questão social no capitalismo. *Temporalis*, ano II, n. 3, jan.-jun. 2001.

IANNI, O. *Pensamento social no Brasil*. São Paulo: EDUSC, 2004 [cap. 5].

MARSHALL, T.H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MATTOS, M.B. *O sindicalismo brasileiro após 30*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.?

PINTO, M.B. *Os movimentos sociais e a construção da cidadania*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.